

DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA COM EQUIDADE

ALVES, Daniele Bedim

Licenciando em Pedagogia do Centro Universitário Internacional Uninter

SILVA, Pâmela Marinho

Licenciando em Pedagogia do Centro Universitário Internacional Uninter

SIMÃO, Bruno Luis

RESUMO

O presente artigo trata dos desafios para uma educação especial e inclusiva com equidade e tem como objetivo reconhecer como funciona o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola regular e quais são os desafios ainda existentes para que essa escola seja realmente inclusiva. Trata-se de um método bibliográfico de natureza qualitativa, com objetivos explanatórios, tendo como referencial teórico documentos, artigos, textos publicados, autores como Emílio Figueira e Sueli Fernandes e como base a legislação vigente. A delimitação do tempo teve como critério de seleção a atualidade das pesquisas sobre a temática, levando em consideração pesquisas realizadas nos últimos cinco anos. Evidenciou-se nos resultados da pesquisa que ao longo da história da educação especial, muitas foram as bases legais que fundamentaram toda a estrutura educacional nesta modalidade. Destacamos que apesar dos avanços obtidos ao longo dos anos na educação especial em relação a oferta de ensino, ainda ocorrem adversidades aos alunos da inclusão porque existe a falta de políticas públicas para assegurar que os alunos consigam estudar e se desenvolver de modo que estejam preparados para o futuro, e a escola tem o papel de possibilitar a eles um ensino digno, eficaz, com mais igualdade, não havendo discriminação.

Palavras-chave: Desafios. Educação especial e inclusiva. Equidade.

1. Introdução

O presente trabalho fala sobre os desafios da educação inclusiva com equidade, em analisar e descrever quais são os pontos necessários para que a escola atual se torne uma escola inclusiva respeitando a igualdade de direitos das crianças com deficiência.

Nossa justificativa para a relevância da pesquisa em torno do tema, é apontar que existem muitos problemas a serem discutidos com relação a qualidade do ensino das crianças com deficiência porque apesar das leis existentes para melhorar a qualidade de ensino para as crianças de inclusão,

existem fatores como a falta de políticas públicas capazes de tornar o ensino mais igualitário, citamos como exemplos a falta de acompanhamento necessário para dar suporte aos alunos da inclusão ao ensino regular, professores capacitados, a infra-estrutura das escolas pois muitas necessitam de um espaço físico mais adequado, amplo, materiais didáticos mais atualizados, bem como introduzir o uso da tecnologia para agregar no ensino, dentre outras questões importantes a serem observadas e analisadas.

O interesse em estudar o tema decorreu a partir das pesquisas realizadas por meio de artigos, documentos, publicações, autores que tratam da educação especial, e ao decorrer da graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, para que pudéssemos verificar e entender sobre o processo de inclusão das crianças com deficiência ao ensino regular, qual a necessidade e a importância em melhorar o ensino e adaptar conforme a especificidade, quais foram as melhorias que ocorreram ao longo dos anos e o que necessita de alterações na educação para tornar o ensino mais justo e com mais igualdade para as crianças da educação especial e inclusiva.

O objetivo geral da pesquisa é reconhecer como funciona o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, e quais são os desafios ainda existentes para que essa escola seja realmente inclusiva. Nos objetivos específicos pretende-se descrever o processo de inclusão de alunos com deficiência em escola da educação regular; analisar a legislação relacionada à inclusão e se esta vem sendo aplicada no processo educacional atual; realizar pesquisa qualitativa com base na legislação vigente, referente a educação regular e sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência.

A pesquisa foi realizada com base bibliográfica através dos documentos vigentes ao tema, e também com base em publicações, artigos, autores relacionados ao tema como Emílio Figueira e Sueli Fernandes correspondentes ao processo inclusivo, suas interpretações sobre a educação especial e inclusiva e o que cada autor destaca sobre o assunto proposto e também o que podemos concluir e interpretar sobre o tema e sobre a importância de buscar os referenciais para compor a escrita do artigo.

2. Metodologia

A pesquisa realizada para a escrita do artigo utilizou do método bibliográfico. O método possui como finalidade reunir as informações e dados para a construção e elaboração da escrita do artigo a partir da investigação e pesquisa do tema em específico.

Para a elaboração do artigo utilizamos como base de dados o livro Fundamentos para educação especial da autora Sueli Fernandes, e o livro O que é educação inclusiva do autor Emilio figueira. Realizamos a leitura de documentos, artigos, textos atuais sobre o tema, autores que falam sobre a educação especial e inclusiva e utilizamos como base a legislação vigente para entender sobre as mudanças ocorridas na educação especial e inclusiva ao longo dos anos. O método utilizado nos trouxe dados relevantes sobre o tema, proporcionando a base na construção e elaboração da escrita do artigo e para a busca de soluções sobre o assunto.

A delimitação do tempo teve como critério de seleção a atualidade das pesquisas sobre a temática. Já a delimitação de espaço tem abrangência nacional e internacional buscando observar os panoramas macro e micro. A abordagem bibliográfica de livros e artigos apresenta análise e síntese de autores da pedagogia como: Sueli Fernandes e o escritor Emílio Figueira, além dos documentos legais brasileiros que serão utilizados para compor a fundamentação deste trabalho, colaborando assim com a relevância da pesquisa.

3.Desenvolvimento

3.1 Um pouco da história da educação especial e inclusiva

Nos tempos remotos a educação inclusiva não era bem vista na sociedade. No período do império romano, as crianças nascidas com má formação eram descartadas pelas famílias ou ficavam trancadas dentro de casa porque os pais tinham vergonha de apresentar a sociedade os filhos que possuíam algum tipo de deficiência. A maioria das crianças com deficiência ficavam em casa com os familiares sem o direito de acesso à educação.

Em meados do século XVI surgem as primeiras iniciativas de amparo as pessoas com deficiência com o surgimento de asilos e abrigos com a oferta de atendimento para essas pessoas. Esse período é considerado como o período de segregação porque colocam as pessoas com deficiência nessas instituições com o objetivo de afastar aqueles que não se encaixavam aos padrões considerados normais: os paráliticos, leprosos, doentes mentais e aqueles que eram considerados anormais pela sociedade. O atendimento era limitado somente para as pessoas cegas e surdas porque acreditavam que essas pessoas apresentavam condições mais favoráveis de participar do processo de produção industrial decorrentes desse período entre os séculos XVI e XVII.

A partir dos séculos XVIII E XIX, são criados os primeiros espaços específicos permitindo a educação de pessoas com deficiência na Europa em países que eram colonizados por ela. Essas

instituições funcionavam como escolas porque ensinavam as noções básicas de leitura, escrita e cálculos. Nesse período as pessoas com deficiência trabalhavam no processo de industrialização e ofereciam mão de obra barata por isso havia a necessidade do ensino básico para essas pessoas.

Em 1800, o médico francês Jean Itard, desenvolveu um programa que se baseava em técnicas médicas e pedagógicas, com o objetivo de recuperar o potencial cognitivo permitindo o desenvolvimento das capacidades humanas. Itard é considerado o pioneiro da educação especial e seus procedimentos se baseavam no treinamento e exploração dos canais sensoriais voltados para a aprendizagem. O médico francês Philippe Pinel distinguiu os diferentes tipos de perturbações mentais humanizando o tratamento aos pacientes antes realizado de maneira agressiva e violenta. A partir das experiências de Itard feitas com Victor de Aveyron uma criança encontrada na mata com hábitos inadequados pois convivia com animais sem ter contato humano, causando com isso um novo efeito com relação à forma como a deficiência era tratada anteriormente, as instituições especializadas iniciaram um novo processo de transição entre as abordagens clínicas e pedagógicas servindo de base para as escolas especiais na segunda metade do século XX.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência deu início na época do Império, por Dom Pedro II, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES) localizadas no Rio de Janeiro.

Essas instituições contribuíram muito para o processo de ensino aprendizagem para a educação especial e inclusiva, porque antigamente as pessoas com deficiência não eram consideradas aptas pela sociedade principalmente as crianças surdas.

No século XX, temos no Brasil a fundação do Instituto Pestalozzi (1926), o instituto era especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e ano de 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

A inclusão de alunos com deficiência passou por mudanças importantes ao longo dos anos. Essas mudanças estabeleceram uma nova configuração ao acesso e permanência dos alunos da educação especial e inclusiva. Os documentos internacionais trouxeram modificações favoráveis quanto ao acesso das crianças com deficiência ao ensino.

O preconceito, a segregação e a discriminação sofridas pelas pessoas com deficiência em cada momento da nossa história exigem novos olhares e novas reflexões, principalmente seus direitos quanto a sua existência, o direito à cidadania, o direito à educação, e o direito de fazer parte.

3.2 Legislação atual da educação especial e inclusiva.

Ao longo da história da educação especial, muitas foram as bases legais que fundamentam toda a estrutura educacional nesta modalidade da legislação. Podemos citar algumas que consideramos as mais relevantes ao contexto da educação especial e inclusiva:

1988 – A lei promove o bem de todos, não importa a cor, a raça, o sexo, a idade é sem preconceitos tanto como pessoas com deficiência todo mundo é igual, principalmente na escola é um direito de todos.

1989 – Lei nº 7.853/89: Segundo a lei pode ir para a prisão a pessoa que recusar a matricular o aluno com deficiência em escola é uma lei muito importante pois tem escolas que não aceitam alunos de inclusão é um absurdo pois a educação é para todos.

1994 – Declaração de Salamanca: A declaração de Salamanca é um documento importante porque inclui o direito da criança sobre a educação inclusiva na sociedade. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. O documento diz que todas as crianças devem aprender juntas, ou seja, a escola deve proporcionar um nível adequado de aprendizado pois cada criança possui suas particularidades, portanto não deve haver distinção entre elas. O documento coloca em pauta as garantias legais que as crianças com deficiência possuem, os princípios que proporcionam o ensino aprendizagem para a educação inclusiva.

2001 – Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001: Segundo a lei a década da educação quer que garanta um atendimento melhor para a escola de inclusão.

2001 – A lei defende que as pessoas com deficiência tem os mesmo direitos humanos, que ainda age um certo preconceito e então a lei afirma que sim tem que ter os mesmo direitos quanto na escola quanto na sociedade pois a educação é muito importante para os alunos de inclusão.

2008 – Essa lei é importante para a inclusão porque envolve as políticas públicas para a movimentação histórica brasileira, para as diretrizes é fundamental a educação inclusiva para o cenário público.

O debate sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares (ou seja, as que misturam alunos com e sem deficiência), tem sido intenso nos últimos anos. Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que é de 2008. O texto proposto enfrenta forte oposição de alguns grupos de educadores que tratam do assunto, para quem a nova redação voltaria a estimular a volta da separação das pessoas com deficiência indo na contramão da perspectiva social – que aponta para a eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade, e não separação dos alunos com e sem deficiência. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

“A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas.”, 2007, p.01.

O artigo diz que esse documento serve para garantir que as crianças deficientes tenham acesso ao ensino regular, que as escolas devem disponibilizar de um espaço físico adequado, materiais didáticos, capacitação de professores para proporcionar aos alunos da inclusão um nível de ensino e atendimento tão eficaz quanto ao que é oferecido aos demais alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) diz que: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”.

Isso significa que a escola deve fornecer apoio especializado que atenda as condições e as especificidades de cada criança da educação especial, é uma lei que garante atendimento para as

crianças da inclusão, e a escola não pode se recusar em ofertar esse tipo de atendimento porque é um direito que a criança com deficiência tem de ter um profissional para auxiliá-lo.

A nova PNEE prioriza que a Educação Especial seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo estatísticas da Organização Mundial da Saúde, temos 15% da população com alguma deficiência. Atualmente, no ensino médio brasileiro, somente 0,68% das matrículas é ocupada por pessoas desse segmento social. O Índice de pessoas deficientes matriculadas ainda é muito baixo, o Brasil precisa ampliar e ofertar medidas que possibilitem com que os alunos da educação especial possuam acesso ao ensino.

O Brasil estabeleceu na Meta 4 do Plano Nacional de Educação o objetivo de universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência o acesso à educação de acordo com o modelo de inclusão. Isso significa que todos os estudantes tem o mesmo direito de frequentar as salas regulares, sem que haja alguma forma de preconceito e também discriminação. A meta estabelece espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como uma medida que complementa o ensino e não substitutiva da sala de aula comum, auxiliando os alunos da inclusão no contra turno. O AEE tem por objetivo identificar elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade permitindo com que os alunos adquiram um maior desenvolvimento e autonomia nos estudos.

No ano 2020, 90% dos estudantes com deficiência estão matriculados em escolas comuns. Segundo os números são aproximadamente 1 milhão e 300 mil estudantes matriculados nas escolas. De acordo com as estatísticas o número de crianças com acesso ao ensino comum está cada vez mais aumentando, e a expectativa que temos é que as crianças e os jovens deficientes tenham mais acesso, mais oportunidades, e não sofram exclusão, segregação de estarem separados atendidos somente em escolas especiais devido a deficiência.

3.3 Caminhos para uma melhora na educação especial e inclusiva.

Independente de condição social e econômica, acreditamos e defendemos que o ensino é um direito de todos e para todos, mas o que devemos considerar é que a educação inclusiva é um processo mais demorado, porque nem todas as crianças tem o mesmo processo de aprendizagem, dependendo da condição apresentada o desenvolvimento escolar e cognitivo demandará de maior tempo.

O que significa equidade? Qual a sua importância? A palavra equidade significa senso de justiça, respeito à igualdade de direitos, por isso devemos entender que no processo educativo devemos respeitar as diferenças e tornar o ensino mais justo, com mais igualdade, sem causar danos e prejuízos para as crianças da educação especial, mantendo a mesma qualidade de ensino em que ocorre aos alunos da educação regular.

Dentre os autores que buscamos evidenciar para a elaboração do artigo destacamos Emílio Figueira e Sueli Fernandes. Figueira defende que a educação inclusiva deve ser vista de outra forma.

Com paralisia cerebral, e com problemas na coordenação motoras e na fala o autor possui dois doutorados e é considerado por muitos um autor proficiente, mesmo com suas limitações o autor diz que não desistiu da sua formação profissional e acadêmica. Segundo Figueira, 2019.

“Com meus passos atravessei as três fases brasileiras dessa temática em quarenta anos de minha existência. Na década de 1970 eu estava lá, semi-interno na AACD, vivendo os últimos anos da institucionalização total que se promoviam em torno de quem tinha qualquer tipo de deficiência. No início dos anos de 1980, quando ocorreu o lendário Ano Internacional da Pessoa Deficiente (1981), foi um marco de muitas rupturas de conceitos, possibilitando a segunda fase brasileira com relação a nós. Era a chamada Integração Social, embora essa ainda trouxesse em suas entrelinhas o modelo médico. Foi nessa época que me despertou a consciência política. Por ser jornalista na época, foram incontáveis as matérias e artigos de opinião escritos e publicados nos mais variados órgãos”.

De acordo com o autor, ele passou por várias dificuldades para se tornar um autor reconhecido, suas limitações não o impediram de se tornar um autor nomeado, valorizado. Segundo Figueira, 2019.

“Nos últimos quinze anos vi nascer e desenvolver o terceiro conceito com relação às pessoas com deficiência – a Inclusão Social e a Escolar – pautado no ano de 1994, pela Declaração de Salamanca. Esse documento reafirmou o compromisso com a “Educação para Todos”, reconhecendo a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Esse conceito rompe com os dois anteriores pautados em modelos médicos. De acordo com ele, toda a sociedade deve se envolver na questão e, cada vez mais, surgem campo e ações na prática”.

Para o autor a educação é para todos, sem exceções, e para isso todos devem se envolver e apoiar uma educação que promova a inclusão dentro do ensino regular, e isso se inclui a família, a escola e a principalmente a sociedade que também deve ter acesso a informação.

Figueira é um autor que defende as leis na educação especial como por exemplo o decreto nos anos 90, estabelecido cronologicamente em 1957 aos anos de 1999, quando surgiram as campanhas voltadas especificamente para as pessoas com deficiência, patrocinadas pelo governo federal, contando com uma área extensa em legislações e acontecimentos e tendo como marco inicial a campanha para educação do surdo brasileiro (cesb) pelo decreto federal no 42.728, de 3 de dezembro de 1957.

Figueira foi um autor considerado muito importante pela luta de direitos para a educação inclusiva porque ele defendia uma maior valorização para a educação especial com mais respeito e valorização e aceitação no ambiente escolar porque a educação especial e inclusiva ainda é um assunto que precisa ser tratado com mais atenção, como Emilio cita “A educação é para todos”, não podendo haver segregação.

Segundo a linguista, pesquisadora, professora e doutora Sueli Fernandes autora do livro “Educação de Surdos” dentre outras obras, a escola deve oferecer um sistema de ensino que se adapte aos alunos surdos, através do livro a autora busca o resgate dos direitos e a implementação de novas políticas voltadas aos alunos surdos, acompanhando alguns movimentos sociais em defesa da Escola bilíngue para Surdos. Através do livro Educação de Surdos, Fernandes apoia as mudanças no currículo com relação a linguística direcionada para esses alunos, a autora busca oferecer aos alunos surdos igualdade de condições de ensino ao que é ofertado aos demais alunos do ensino regular, porque para a ela o fato do aluno ser surdo não o considera incapaz de desenvolver atividades consideradas inapropriadas devido a condição em que ele apresenta, ao contrário, o sistema de ensino deve oferecer condições igualitárias para que os aluno surdo tenha o mesmo acesso ao ensino.

Todos tem direito a educação. A educação inclusiva é um direito adquirido as pessoas deficientes de ter acesso a um ensino de qualidade, de conseguir ter um nível de ensino adequado, um profissional capacitado para prestar um atendimento de qualidade. Os artigos de referência abordam questões importantes sobre a questão da capacitação dos profissionais da área da educação, a estrutura das escolas, o material didático se está sendo adequado para as crianças

deficientes, docentes que precisam de capacitação, as políticas públicas implantadas para assegurar o direito a uma educação de qualidade.

Destacamos alguns tópicos importantes a serem considerados no ambiente escolar que podem auxiliar no desenvolvimento das crianças e também proporcionar uma melhor interação como é o caso do acolhimento em que a criança deve se sentir parte daquele ambiente em que ela está inserida, e a escola, os professores possuem um papel de receber e acolher as crianças da educação especial e inclusiva, a escola em ter bons profissionais, ou seja, uma boa gestão, criar estratégias pedagógicas que proporcionem um ensino eficaz com materiais pedagógicos adequados e atualizados, a participação da família, o acompanhamento no processo de ensino, pois não basta somente que a equipe escolar esteja empenhada se não houver a participação da família no processo de desenvolvimento da criança da educação especial.

A educação inclusiva no Brasil é recente, portanto ocorre uma carência maior em profissionais especializados em educação inclusiva, muitos professores não sabem ainda como trabalhar com crianças de inclusão e acabam encontrando dificuldades em alfabetizar essas crianças, em adaptar o conteúdo, acabam ficando sobrecarregados pelo despreparo e pela falta de formação continuada, pelo desgaste em ter de muitas vezes trabalhar sozinhos sem auxílio na alfabetização das crianças da educação especial e inclusiva. Esse é um dos maiores desafios atualmente no Brasil para a educação especial, entre outros também considerados graves como a falta de políticas públicas, a falta de assistência ao ensino público na escassez de verbas para melhorar a infraestrutura das escolas, o preconceito e a segregação devido à falta de conhecimento em relação as crianças com deficiência são pontos relevantes a ser considerados como desafios para a educação atual.

Os professores juntamente com a equipe pedagógica devem proporcionar atividades e materiais atrativos, atividades que agreguem o aluno deficiente no seu processo de ensino aprendizagem, porque eles necessitam de estímulos de inovações ao aprender, porque se não houver interesse do docente em inovar, buscar alternativas o aluno perderá o interesse tornando o ambiente escolar algo chato sem sentido para eles, o que não pode ocorrer no ambiente escolar, este deve ser algo acolhedor, construtivo na formação do indivíduo. O docente não precisa necessariamente alterar de forma radical o conteúdo para o aluno deficiente, mas é necessário realizar modificações no currículo para que este aluno consiga ter acesso ao mesmo conteúdo que os demais mas de forma adaptada, seja em materiais, no atendimento individual, para que possam

um aprendizado que ofereça qualidade a eles no ensino sem sair do conteúdo realizado dentro e fora de sala de aula.

Professores da educação especial e do ensino regular devem trabalhar juntos, a equipe pedagógica junto com o corpo docente devem proporcionar atividades e materiais atrativos que agreguem o aluno deficiente no seu processo de ensino aprendizagem, sendo que estes necessitam de estímulos e inovações ao aprender, ou seja, devem ser criadas alternativas para que o aluno deficiente não sofra danos e prejuízos em seu desempenho escolar, caso contrário a escola se tornará algo sem sentido e insatisfatório acarretando falta de interesse por parte do aluno de inclusão. A escola deve ser um ambiente acolhedor, inclusivo, deve fazer parte no seu processo de formação e desenvolvimento. Os artigos utilizados como base para a elaboração do artigo tratam questões importantes sobre a questão da capacitação dos profissionais da área da educação, a estrutura das escolas, o material didático se está sendo adequado para as crianças deficientes, docentes que precisam de capacitação, as políticas públicas implantadas para assegurar o direito a uma educação de qualidade, por isso a constante fiscalização para que estas leis sejam implantadas para que não fiquem somente escritas em papel, são leis de extrema importância que devem ser tratadas com seriedade e rigor.

Entre os caminhos apresentados para uma melhora na educação especial e inclusiva seriam melhorar a estrutura das escolas, como sabemos muitas escolas públicas brasileiras não possuem infraestrutura capazes de suprir e prestar um bom atendimento para as crianças da educação especial e inclusiva. Ocorre a necessidade de entender como funciona o PEI (Plano Educacional Individualizado), qual a sua importância pois se trata de um conjunto de estratégias educativas construídas de maneira a atender as necessidades dos estudantes portadores de deficiência física e intelectual, uma ferramenta indispensável as estratégias pedagógicas que servem para orientar e direcionar os profissionais da área da educação em como trabalhar com os alunos da inclusão.

A busca pela formação continuada, as especializações para proporcionar aos alunos da educação especial e inclusiva um ensino mais eficaz, mais atualizado, é de extrema importância para eles porque embora muitas atividades necessitem de adaptações o aluno precisa acompanhar a turma com relação ao conteúdo, ele não pode ser prejudicado devido a sua condição, os professores devem estar atentos sobre qual a melhor forma de conduzir as atividades de modo que o aluno da inclusão se sinta motivado e interessado em aprender e não causar o efeito inverso, ou seja, um desinteresse

por parte do aluno pela falta de acompanhamento perante a escola e a equipe pedagógica, para proporcionar uma qualidade de ensino adequado.

Uma educação inclusiva muitas vezes nas escolas representa o primeiro contato social da criança depois da família, as diferenças de opiniões, crenças e valores são muito ricas para formar o caráter de cada criança, portanto, o contato, a interação social contribui para que as crianças se desenvolvam mais rapidamente, seja no desenvolvimento cognitivo, físico e motor porque a criança desenvolve o afeto, a empatia, seu lado criativo, psicológico, é preciso que os profissionais da área da educação, a família e a escola tragam confiança ao aluno da educação especial e inclusiva, eles necessitam de estímulos para se sentirem parte daquele ambiente, precisam ser representados, a criança não pode estar dentro de uma sala de aula frequentando o ensino regular somente porque a lei determina, o aluno com deficiência não deve ser tratado como um número a mais de alunos dentro de uma sala de aula, ele precisa ser valorizado e a escola, a família e a sociedade tem o dever de proporcionar alternativas de acesso para as crianças da educação especial e inclusiva.

4. Considerações finais

As leis existentes são importantes para a educação especial, porque são garantias legais que o aluno de inclusão tem de poder ter acesso ao ensino regular e para isso as instituições de ensino devem proporcionar um espaço físico adequado, materiais didáticos atualizados, as propostas pedagógicas devem estar de acordo com o ensino que é ofertado aos demais alunos, com as adaptações necessárias para assegurar um ensino de qualidade ao aluno com deficiência e também professores capacitados e profissionais de apoio. Um dos problemas que afetam a educação especial atualmente é a falta de infra-estrutura e profissionais capacitados para atender os alunos da inclusão, é uma das principais causas que afetam a educação especial.

Destacamos que apesar dos avanços obtidos ao longo dos anos na educação especial em relação a oferta de ensino, ainda ocorrem adversidades aos alunos da inclusão porque existe a falta de políticas públicas para assegurar que os alunos consigam estudar e se desenvolver de modo que estejam preparados para o futuro, e a escola tem o papel de possibilitar a eles um ensino digno, eficaz, igualitário, por isso a escolha do tema desafios para uma educação especial e inclusiva com equidade, porque nós como profissionais da educação devemos oferecer aos alunos um ensino que proporcione o desenvolvimento deles como cidadãos e com mais autonomia.

Acreditamos que ocorreram mudanças muito significativas na educação especial e inclusiva, houve um número crescente de crianças matriculadas no ensino regular, e que com mais acesso a informação as pessoas terão mais consciência de que não deve haver exclusão e preconceito devido as peculiaridades e que o Brasil assim como os demais países precisam incentivar e implantar mudanças na educação para que todos tenham acesso ao ensino. As leis que existem para garantir ao aluno com deficiência de ter acesso ao ensino regular devem ser fiscalizadas com maior rigor para que não se apliquem somente a documentos e sim implementadas, por isso a escola e a sociedade tem a responsabilidade de assegurar que a educação especial seja realmente inclusiva.

Melhorar as políticas públicas das escolas são os caminhos que precisam ser feitos para uma melhora na educação especial e inclusiva, a implementação desde a infraestrutura como as rampas de acesso para os cadeirantes, banheiros adaptados, os materiais didáticos atualizados, condições melhores de salários para os professores e profissionais de apoio para que eles se sintam motivados e estimulados em buscar formação continuada, o aumento do número de matrículas nas escolas, o acesso ao conhecimento perante a sociedade sobre os direitos que as crianças com deficiência tem de frequentar o ensino regular, o incentivo da família também são pontos importantes porque o dever de assegurar os direitos das crianças da educação especial e inclusiva é do estado, governo, sociedade, escola e família, é importante o envio de verbas para as escolas possam melhorar seu espaço físico, laboratórios de informática, estimular o aluno da inclusão nas atividades pedagógicas, etc.

Referências

DUEK, Viviane Preichardt. Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. Scielo-Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/V5wPYb6fwdyNpNHmRXwmPqz/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 28 de Novembro de 2022.

EDLER, Rosita Carvalho, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Do que estamos falando?. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395/2569https://www.scielo.br/j/pe/a/TGkrQ6M6vvXQqwjlMTFrGw/?lang=pt> 2011. Acesso em 14 de Abril de 2022.

EDUCAÇÃO ESPECIAL, Implementação PNEE, Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1 2020. Acesso em 25 de Agosto de 2022.

Emilio Figueira, Inclusão mais que um conceito <https://www.acervoinclusivo.com.br/2020/01/inclusao-mais-que-um-conceito-por.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

FACIOLA, Rosana Assef; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa. Um estudo bioecológico das relações de amizade em sala de aula inclusiva. redalyc.org, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844637005.pdf>>. Acesso em: 29 de 2022.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**/ Sueli Fernandes. – Curitiba: InterSaberes, 2013. – (Série Fundamentos da Educação).

FIGUEIRA, Emilio figueira, O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Do assistencialismo e curandismo ao início da educação inclusiva no Brasil. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=omgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=o+que+%C3%A9+uma+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&ots=GRanL85w2x&sig=97QRGWtoAUNu2mJgJSJYd4yMgul#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 13 de Abril de 2022.

MACEDO, Leila Varela Blanco, EDUCAÇÃO INCLUSIVA CULTURA E COTIDIANO ESCOLAR, Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LduRS34UuWgC&oi=fnd&pg=PA6&dq=quais+os+desafios+para+que+a+escola+atual+se+torne+realmente+uma+escola+de+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&ots=H-n5kllrbF&sig=_oaqtp5Ooxvl-NTRvFGScfFQGaY#v=onepage&q&f=true 2007. Acesso em 13 de Abril de 2022.

ORSATI, Fernanda T., ACOMODAÇÕES, MODIFICAÇÕES E PRATICAS EFETIVAS PARA A SALA DE AULA INCLUSIVA, Contexto atual da educação inclusiva, Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/CRINAN%C3%87AS-COM-NECESSIDADES-ESPECIAIS-NA-ESCOLA-.pdf> 2013. Acesso em 30 de Abril de 2022.

ORSATI, Fernanda T. CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA, acomodações, modificações e práticas efetivas para a sala de aula inclusiva. atividadeparaeducacaoespecial.com, 2013. Disponível em: <<https://atividadeparaeducacaoespecial.co>

m/wp-content/uploads/2014/07/CRIAN%C3%A7AS-COM-NECESSIDADES-ESPECIAIS-NA-ESCOLA-.pdf>. Acesso em 29 de Novembro de 2022.